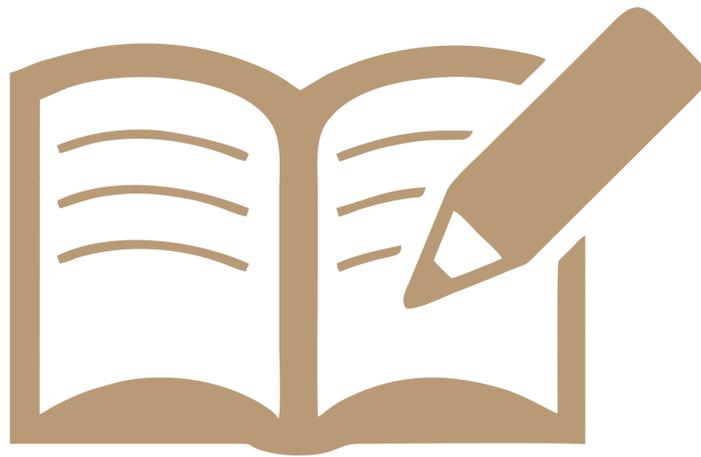




LIVRO DE ROMANOS

COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO 2



Pr. Lúcio Mauro Silva Lima



COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO 2

2:1

O apóstolo Paulo faz uma mudança de foco a partir deste verso, passando dos gentios para os judeus. Há importantes razões que determinam esse ponto de vista. (1) A tendência de julgar os gentios por causa de sua perversão moral e religiosa era característica dos judeus. Os judeus tinham consciência de seus altos privilégios e prerrogativas. (2) A pessoa em questão era participante da riqueza da bondade, tolerância e longanimidade de Deus. Apesar de ser verdade que os gentios também eram participantes da bondade de Deus, a força da expressão “a riqueza da sua bondade” aponta para as riquezas da graça especial que os judeus desfrutavam em virtude do pacto. (3) O argumento do apóstolo procura mostrar que privilégios ou vantagens especiais não isentam ninguém do juízo de Deus (v. 3:6-11). (4) A evidente invocação aos judeus, no versículo 17, seria muito súbita se, somente então, pela primeira vez os judeus estivessem em consideração.

Aqui neste versículo a conclusão do silogismo (raciocínio dedutivo pelo qual se chega a uma conclusão de duas proposições ou premissas iniciais) empregado por Paulo é declarado primeiro, isto é, a progressão do pensamento desenvolve-se da seguinte forma: (1) Portanto és indesculpável quando julgas; (2) no que julgas a outro te condenas; (3) pois praticas as coisas que condena.

2:2

Neste versículo Paulo confronta os judeus com o juízo de Deus, e também passa a lembrá-los, já que os mesmos são conhecedores da lei e constantemente se gabavam do fato de possuírem a lei (“*nós sabemos*”), que tipo de juízo é este, ou seja, que o mesmo é segundo a verdade (de acordo com os fatos envolvidos). Portanto o que Paulo está querendo trazer a mente dos judeus é que o juízo de Deus é imparcial, sem privilégios especiais para ninguém, incluindo logicamente até mesmo os israelitas. Paulo desejava retirar as vendas dos olhos dos judeus (quantas vezes as mesmas vendas estão sobre os nossos olhos) que supunham que podiam julgar os outros povos pelas ações que eles mesmos praticavam, e que ainda assim poderiam escapar do justo juízo de Deus que é segundo a verdade.

2:3

Paulo reforça a ideia do verso anterior, ou seja, que os judeus estavam errados ao inferirem que Deus iria anular a Sua divina ordem de justiça em



benefício deles por sua condição de povo que recebeu a lei. Como já foi comentado a impossibilidade de indulgência por parte de Deus reside no fato de que o juízo de Deus é segundo a verdade, portanto absolutamente imparcial.

2:4

Paulo ensina neste verso que o fato do judeu não ter sido abandonado a uma vida de escandalosa imoralidade, isto é, que o mesmo ainda desfrutava da bondade, tolerância e paciência de Deus não implicava que sua conduta estava sendo aprovada pelo Senhor, mas que, tal bondade de Deus tinha por objetivo conduzi-lo ao arrependimento (*metanoia* lit. perceber depois). Esta é uma doutrina que precisa ser considerado com muita atenção para que não confundamos o propósito de Deus, ou seja, “a bondade de Deus é que nos leva ao arrependimento”. Esse é o objetivo. Ela existe para nos proporcionar um espaço no qual possamos nos arrepender, não para dar-nos uma desculpa para pecarmos. Muitas vezes confundimos as situações, achamos que porque está tudo caminhando bem, mesmo a despeito do meu pecado, Deus está aprovando tudo. Agindo assim estamos menosprezando (*kataphrones*) a bondade de Deus. Os presunçosos Judeus (e nós, também presunçosos, muitas vezes) interpretavam a singular bondade de Deus para com eles como a garantia de imunidade aos critérios pelos quais os outros homens seriam julgados e reivindicavam para si mesmos indulgência da parte de Deus; os gentios necessitavam de arrependimento, eles não. Paulo estava dizendo que a bondade de Deus, ao ser devidamente avaliada, conduz ao arrependimento.

2:5

Tendo apresentado no verso 4 uma avaliação dos judeus de um modo um pouco velado, agora o apóstolo passa a estabelecer a questão de uma maneira mais clara, fazendo uma denúncia direta – “Mas, segundo a tua dureza (*sklerotes*) e coração impenitente (*ametanoetos*)”. O contraste entre a brandura do arrependimento, que é o alvo do constrangimento pela bondade de Deus e o estado empedernido e impenitente do coração deve ser aqui observado. Paulo está dizendo para os judeus (para nós também) que tenham cuidado, pois se em vez de um coração arrependido, Deus encontrar um coração empedernido e impenitente, eles estarão atraindo um acúmulo da ira de Deus que será descarregada no dia do juízo.

A ira em foco é a ira de Deus, isto é, aquela reação de sua justiça e verdade contra o pecado. Esta ira é entesourada para nós mesmos (não somente para os judeus impenitentes) quando pecamos e não demonstramos arrependimento (mudança de mente).



Visto que a ira de Deus (justo juízo de Deus) tem se manifestado ou se revelado ao longo da história do mundo, o termo “revelação” (*apocalupsis*) deve ser entendido no sentido da mais plena exibição e execução do juízo de Deus. Este dia da ira (*hemera orge*) é identificado com o dia do julgamento final, dia também em que se concretizarão as aspirações dos justos, aos quais serão conferidas glória, honra e paz (v. 7,10).

Para os ímpios o dia da ira do Senhor será terrível, como diz Sofonias: “*Aquele dia será um dia de indignação, dia de tribulação e de angústia, dia de alvoroço e de assombração, dia de trevas e de escuridão, dia de nuvens e de densas trevas*” (Sf 1.15). Entretanto, para os fieis em Cristo será dia, como já foi dito, de glória, honra e paz.

2:6

Embora a justificação seja de fato pela fé, o julgamento divino será de acordo com as obras, mas que obras? As obras de genuína justiça que Deus leva em conta, ou seja, as obras de Cristo na vida dos salvos. O julgamento de Deus é um processo de peneira e separação, o qual vem se dando em secreto o tempo todo, na medida em que as pessoas vão se posicionando a favor ou contra Cristo; no dia final, porém, os seus resultados se tornarão públicos.

Esse evento público, no qual um veredito público e uma sentença pública serão pronunciados, irá exigir provas públicas e comprováveis para sustentá-los. Os crentes apresentarão neste acontecimento as únicas obras que Deus poderia aceitar, isto é, as obras de Cristo, as quais podem ser exemplificadas pela santidade de Cristo, o amor de Cristo, a submissão de Cristo ao Pai, etc. A presença ou ausência da fé salvadora em nossos corações evidencia-se pela presença ou ausência das referidas obras de Cristo em nosso viver. Os apóstolos Paulo e Tiago ensinam a mesma verdade, que a fé autêntica e salvadora resulta invariavelmente em boas obras e que, se tal não acontece, ela é falsa ou mesmo morta.

2:7

Paulo divide a raça humana em dois grandes grupos, como Jesus fez mais de uma vez (Mt 7.24-29; 10.30; 11.25,26; etc.).

O primeiro grupo, o qual é analisado neste verso, consiste daqueles que perseveram ou resistem (*hupomeno*) em fazer o que é certo aos olhos de Deus; a idéia transmitida pela palavra *hupomeno* é que há oposição, muitas dificuldades que exigem muito esforço e determinação. Estes estão almejando obter glória (***doxa***- *aponta para a transformação que será realizada quando os crentes forem*



conformados à imagem do Filho de Deus), honra (**time**- focaliza a aprovação que Deus outorgará aos crentes, em contraste com a reprovação que irá recair de modo total sobre os ímpios no dia do Senhor) e incorruptibilidade (*aphtarsia*), ou seja, a ressurreição da vida, incorruptível e indestrutível, bênção infundável, no novo céu e nova terra. A estes Deus outorgará a vida eterna, a totalidade daquela vida que já era em princípio desfrutada de forma limitada antes da morte (**vida eterna segundo as Escrituras é a comunhão com Deus em Cristo, isto é, o conhecimento de Deus que vem através de Cristo [Jo 17.3]**), algo que os salvos já desfrutam embora de forma limitada neste mundo. No dia do juízo essa bênção em medida plena será concedida aos salvos tanto para a alma quanto para o corpo.

2:8

O segundo grupo refere-se literalmente aos que não se permitem ser persuadidos pela verdade de Deus (*apeitheo*), pois são dominados por uma ambição egoísta, literalmente ambição de mercenário (*eritheia*), ou seja o que importa não é vontade de Deus nas suas vidas, mas sim os seus próprios interesses, os quais como são diferentes da vontade do criador, e que portanto faz com que sigam caminhos de injustiça (*adikia*). Como retribuição por este pecado tais pessoas serão alvo da ira (*orge*) e indignação (*thumos*) de Deus. A ira aqui retratada é a mesma do verso 5, ou seja, a ira acumulada que será derramada no dia da ira. “Indignação” (*thumos*) tem um significado similar ao de ira (*orge*), diferenciando-se daquela por refletir o aspecto da violência da ira. A coordenação dessas palavras serve para enfatizar a realidade e a intensidade da insatisfação divina.

2:9

Tribulação (*thlipsis*=aperto,pressão) e angústia (*stenochoria*=estreiteza [*stenos*] de lugar[*chora*]), descrevem o castigo dos ímpios no sentido da experiência pela qual eles passarão.

“Sobre a alma de qualquer homem que o faz” é um modo enfático de afirmar a universalidade da punição (os judeus não estão excluídos). “Ao judeu primeiro e também ao grego”. A prioridade dos judeus aplica-se tanto à salvação quanto à condenação e perdição. Essa prioridade concedida aos judeus, na execução da punição final, é totalmente contrária ao entendimento dos mesmos, os quais imaginavam que as punições destinam-se somente aos gentios e não à descendência de Abraão.



2:10

Paulo retorna ao tema da recompensa dos justos. Ele repete as palavras do verso 7, “glória” e “honra”. Porém, ao invés de “inocorrutibilidade”, ele agora usa o termo “paz” (*eirene*), o qual envolve os frutos da reconciliação obtida em Cristo, ou seja, paz com Deus, paz no coração e na mente e paz com o próximo (atitude de paz para com o próximo).

Como já foi visto na ordem da História os judeus receberam o evangelho antes dos gregos ou gentios, esta ordem também será levada em conta no juízo final com respeito ao galardão.

2:11

Essa prioridade com respeito aos judeus não deve ser interpretado como significando que Deus os tratará mais generosamente do que os gentios, visto que Deus não mostra favoritismo (*prosopolepsia*=parcialidade, o agir não pelos fatos, mas de acordo com a pessoa).

2:12

Este verso coloca judeus e gentios na mesma categoria de pecado e morte confirmando que Deus não faz acepção de pessoas. Paulo faz duas colocações paralelas, ambas começando com as palavras *todo aquele que pecar*. O verbo está no tempo aoristo e uma melhor tradução seria “todos os que pecaram” (*hemarton*). Paulo está resumindo a vida de pecado deles sob a perspectiva do dia final. O argumento do apóstolo é que todos os que pecaram perecerão ou serão julgados, indiferentemente de serem judeus ou gentios, isto é, quer tenham a lei mosaica quer não. Todos os que pecaram sem lei (gentios), sem lei também perecerão. Eles não serão julgados por um padrão que não conheceram. Perecerão em virtude do seu pecado, não por ignorarem a lei. De semelhante modo, todo aquele que pecar sob a lei (judeus), pela lei será julgado. Eles também serão julgados por um padrão que conhecem. Não haverá dois pesos e duas medidas: Deus será absolutamente justo em seu julgamento. Se pecou conhecendo a lei, ou se pecou ignorando a lei, o julgamento será de acordo com o pecado de cada um. A base do julgamento são as suas obras; a regra do julgamento é o seu conhecimento.

2:13

A afirmação de Paulo neste verso é apenas teórica, já que nenhum ser humano chegou a cumprir totalmente a lei. Portanto não existe nenhuma possibilidade de salvação por esse caminho, ou seja, o caminho da lei (Paulo está



escrevendo sobre julgamento e não sobre salvação). Ele estava enfatizando que a própria lei não dava aos judeus garantia de imunidade no julgamento, como eles pensavam, pois o importante não era ter a lei, mas obedecê-la.

2:14

Paulo nos ensina que apesar dos gentios não terem a lei de Moisés, no íntimo (consciência), porém tem algum conhecimento dos seus padrões e que também às vezes praticam naturalmente, instintivamente, o que esta lei (interior) ordena (nem todos os seres humanos são bandidos, vilões, ladrões, assassinos). Isto acontece porque Deus, ao criá-los, os fez pessoas morais e auto-conscientes.

2:15

Embora não possuam a lei em suas mãos, **eles têm as exigências da lei em seus corações**, pois Deus as colocou ali como testemunho que fomos criados por um ser moral, o qual requer de nós um comportamento condizente com esta condição.

2:16

O dia em questão não é outro senão o dia especificado no verso 5 – “o dia da ira e revelação do justo juízo de Deus”.

Deus não julgará apenas os **atos públicos** dos homens, mas também os **segredos ocultos no coração** (pensamentos, intenções, disposições, etc.).

“De conformidade com o meu evangelho” não pode ser entendido como regra universal do juízo, pois iria de encontro com o que o apóstolo dissera no verso 12, isto é, os que “pecaram sem lei também sem lei perecerão”. Portanto, temos que concluir que “de conformidade com o meu evangelho” significa que o evangelho proclama o fato que Deus julgará os segredos dos homens, ou que Deus julgará os homens por meio de Cristo (Mt 25.31-46; At 17.31; I Co 4.5; II Co 5.10; II Tm 4.1).

2:17

O nome “**judeu**” foi utilizado pela primeira vez no AT em II Reis 16.6. Nos tempos exílicos e pós-exílicos, foi usado com freqüência. Esta referência de Paulo indica, que na mente dos judeus, esse nome estava vinculado a tudo o que eles se ufanavam. “**Repousas na lei**” faz referência à mesma distorção que o apóstolo reprovava no verso 13 (“os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus”). “**E te glorias em Deus**” – é o resumo da verdadeira adoração (Is 45.25; Jr 9.24; I Co 1.31). O fato de Paulo utilizar isso como uma acusação demonstra que o pecado mais grosseiro pode estar próximo ao privilégio mais elevado.



2:18

“**Que conheces a sua vontade**” (*ginoskeis to thelema*). No original grego lê-se apenas “**a vontade**” (*to thelema*), indicando a vontade absoluta de Deus. “**E provas as coisas excelentes**” (*dokimazeis ta diapheronta*) é passível de um tradução diferente: “**e provas as coisas que diferem**” fazendo uma alusão ao fato de que os judeus como possuidores da lei tinham a capacidade de discernir e rejeitar as coisas que diferem da vontade de Deus, ou seja, entre o certo e o errado, entre o bom e o mau. “**Sendo instruídos na lei**” (*katechoumenos ek tou nomo*), refere-se a instrução pública recebida mediante o ouvir a leitura da lei e mediante o ensino recebido por parte dos pais, dos sacerdotes e dos levitas (Lv 10.11; Dt 24.8; 33.10; Ne 8.8).

2:19-20

Os judeus como possuidores dos oráculos de Deus, deveriam ter sido, para os que estão fora dessas vantagens, “guia dos cegos, luz dos que se encontram nas trevas, instrutor dos ignorantes, mestre de crianças. O seu pecado não consistia do fato de estarem conscientes da sua responsabilidade didática espiritual com o próximo (já que essa é a vocação confirmada de um servo do Senhor [Is 42.6,7]), mas em virtude dos mesmos ostentarem algo que eles não cumpriam. “Tendo na lei a forma do conhecimento e da verdade”. Os judeus tinham apenas a aparência (*morphosin=aparência no sentido de algo não verdadeiro, contrastando com a palavra tupos=modelo, exemplo fiel de algo*) do conhecimento e da verdade, e não o conhecimento verdadeiro.

2:21-22

Paulo ressalta a flagrante incoerência entre o que os judeus professavam e o que eles praticavam, isto é, **não viviam de acordo com o conhecimento que possuíam** (v.21). As transgressões selecionadas pelo apóstolo (furto, adultério e sacrilégio) visam desmascarar a hipocrisia dos judeus.

O furto (*klepto*). Toda a moeda corrente no templo tinha de ser judaica, e por isso havia o grande negócio explorado pelos cambistas, que trocavam o dinheiro estrangeiro pelo dinheiro nacional. O câmbio era exageradamente alto, e assim o povo judaico era sistematicamente roubado de seu dinheiro. Os líderes do judaísmo também furtavam as casas das viúvas, convencendo-as a doarem suas propriedades e heranças para o serviço de Deus, ou formando processos contra elas, a fim de se apossarem dessas propriedades. Ou ainda pressionando-as ilegalmente, fazendo acusações inverídicas.



O adultério (*moichos*). Nada evocava tanto o desprezo dos judeus, para com seus vizinhos pagãos, quanto à idolatria destes e no âmbito da imoralidade sexual os excessos dos mesmos. Entretanto os judeus agora são acusados das mesmas abominações. Para o judeu somente era considerado verdadeiro adultério o contato sexual com a esposa de outro homem, já que entre os do sexo masculino havia grande liberdade na busca de companhia sexual. Porém, nem por essa “interpretação limitada da lei” os judeus cumpriam o mandamento, já que por meio de divórcios ilegais, apressados e imorais os mesmos forçavam as suas mulheres a se voltarem para outros homens, os quais não eram seus maridos legítimos.

O sacrilégio (*hierosuleo*). Quando Paulo faz a acusação de que os judeus roubavam ou furtavam templos, provavelmente tinha em mente um grande escândalo ocorrido no ano 19 d. C., registrado por Flávio Josefo em sua obra *Antigüidades*, pela qual se tem conhecimento que quatro judeus de Roma, guiados por um que dizia ensinar a fé judaica a gentios interessados, persuadiram uma dama da nobreza romana (Fúlvia), convertida ao judaísmo, a fazer uma generosa contribuição (ouro e púrpura), em favor do templo de Jerusalém, mas se apropriaram da oferta para seu próprio uso. Quando o fato foi relatado pelo marido da vítima (Saturnino) ao imperador Tibério (filho adotivo de Otaviano Augusto) o mesmo **expulsou de Roma todos os judeus ali residentes**.

2:23

Os judeus contavam com Abraão, com Moisés, com a lei e com o templo; mas transgrediam tudo o que deviam defender. A palavra grega *parabasis* (ultrapassar uma linha), usada dessa passagem, é particularmente apropriada, pois contrasta os judeus e os gentios, no que se refere à verdade de Deus, pois os gentios podiam “ficar aquém”, “cair”, serem “ignorantes” da verdade, mas não podiam “transgredir” qualquer **lei revelada**. Esse era um pecado especial do judeu e agora também nosso, que recebemos essa revelação especial, se formos de igual forma desobedientes a Deus.

2:24

Paulo faz aqui uma citação de Isaías 52.5 (tirada da Septuaginta, já que somente nesta versão grega e não no texto hebraico encontra-se a palavra “gentios”). O raciocínio de Paulo é que os pecados dos judeus fornecem motivo para os gentios blasfemarem contra o nome de Deus. O raciocínio dos gentios seria o de que um povo se assemelha ao seu Deus, e, se um povo é capaz de cometer tais crimes, o seu Deus deve ter o mesmo caráter. Os judeus, que



afirmavam serem os líderes das nações na adoração ao Deus verdadeiro, haviam-se tornado instrumentos que provocavam as nações à blasfêmia.

2:25

Se o fato dos judeus conhecerem e possuírem a lei não os isentava do julgamento de Deus, tampouco o fazia a sua circuncisão. A circuncisão era um sinal que selava a aliança de Deus com os judeus e não um rito milagroso, que conferia um seguro perpétuo contra a ira de Deus, isto é, não era um substituto para a obediência requerida por Deus. Entretanto os judeus tinham uma confiança supersticiosa no poder salvador da circuncisão. Existem epigramas rabínicos que expressam esse falso entendimento – como, por exemplo: “o homem circuncidado não vai para o inferno” e “a circuncisão livrará Israel do inferno”. Paulo combate esse raciocínio errôneo com a seguinte “equação”: **circuncisão – obediência = incircuncisão**, enquanto que **incircuncisão + obediência = circuncisão**. Paulo expõe que o sinal definitivo, a evidência genuína de pertencer à aliança de Deus não é nem a circuncisão, nem o fato de possuir a lei, mas a obediência, que tanto a circuncisão quanto a lei exigem. O pacto era uma **aliança de promessa e graça**. Portanto sem obediência e fé as promessas, os privilégios e a graça do pacto tornam-se **presunção e zombaria**. É importante salientar que **Paulo não está aqui advogando salvação pela obediência, mas obediência como evidência da salvação**.

2:26

O apóstolo refere-se aqui aos gentios (incircuncisão) que convertidos ao evangelho, **cumpriam a lei em virtude do Espírito de Cristo**, e que por isso, tornaram-se o verdadeiro Israel de Deus (Gl 6.16). A circuncisão só tem valor, se aquilo que ela simboliza estiver presente, ou seja, **a quebra, ou ruptura do poder da carne, do pecado e de satanás na vida de uma pessoa**. Entretanto a ausência do símbolo não anula a graça.

2:27

Paulo mostra que uma **circuncisão que é meramente externa** não é em nada melhor que a observação da mera letra (*gramma*) da lei (Rm 7.6; II Co3.6). Portanto o apóstolo novamente demonstra que as duas bases de confiança dos judeus, ou seja, **a posse da lei e a circuncisão** não são suficientes para salvá-los. **“Ele te julgará a ti”** não significa que os gentios se assentarão no tribunal a fim de julgar; antes, refere-se ao julgamento de comparações e contrastes, ou seja, as faltas de



um judeu indigno serão realçadas pelo exemplo de um gentio que, mesmo não tendo nenhum dos privilégios característicos dos judeus, agradou a Deus (Mt 12.41-42).

2:28-29

Paulo contrasta a diferença entre a **antiga aliança** (uma lei exterior) e a **nova aliança** (uma dádiva do espírito que se efetiva no interior) e também passa a apresentar uma **redefinição da identidade judaica**, contrastando com o que os judeus pensam de si mesmos. **Primeiro**, não é algo exterior (*phanero*=manifesto) e visível, mas interno (*krupto*=oculto) e invisível. **Segundo**, a verdadeira circuncisão acontece no coração e não na carne. **Terceiro**, ela é efetuada pelo Espírito, e não pela lei. **Quarto**, a sua aprovação provém de Deus e não dos seres humanos. O ser humano sente-se muito bem com o que é exterior, visível, material e superficial. Para Deus o que importa é uma obra profunda, íntima e secreta do Espírito Santo em nossas vidas.

Esse conceito de circuncisão que Paulo apresenta não é uma inovação, pois ocorre regularmente no AT (Lv 26.41; Dt 10.16; 30.6). No Pentateuco Deus Reclama dos “corações incircuncisos” de seu povo, pede-lhes que circuncidem os seus corações e promete que Ele mesmo o fará. Depois os profetas utilizam a mesma imagem, revelando que Deus convoca o seu povo a circuncidar o coração, prometendo dar-lhes um novo coração (Ez 44.9; Jr 9.25; 4.4; Ez 36.26).

O que Paulo diz a respeito dos judeus aplica-se aos cristãos também. O verdadeiro cristão, assim como o verdadeiro judeu, é verdadeiro no seu interior; e o verdadeiro batismo, assim como a verdadeira circuncisão, está no coração e é efetuada pelo Espírito Santo. Portanto o símbolo visível (seja o batismo ou a circuncisão da antiga dispensação) tem a sua importância derivada da realidade invisível, da qual ele dá testemunho.